



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2014.0000233021

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0008729-82.2009.8.26.0201, da Comarca de Garça, em que é apelante APARECIDO BAZZETTO STUANI, são apelados SONIA CONCEIÇÃO PIMENTEL DE BARROS e HELIO RODRIGUES DE BARROS.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente) e LINO MACHADO.

São Paulo, 16 de abril de 2014

PENNA MACHADO

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

VOTO Nº 1.366

APELAÇÃO Nº 0008729-82.2009.8.26.0201

APELANTE: APARECIDO BAZZETTO STUANI

APELADOS: SÔNIA CONCEIÇÃO PIMENTEL DE BARROS E OUTRO

COMARCA: GARÇA

MMª. JUÍZA “A QUO”: MARINA FREIRE

APELAÇÃO CÍVEL - Acidente de Trânsito. Ação de Indenização por Danos Morais e Estéticos. Responsabilidade do Réu bem caracterizada pelas provas dos Autos. Danos Morais inteiramente cabíveis na espécie, arbitrados corretamente em montante que atende aos Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade diante das graves consequências do acidente de trânsito acontecido. Denúnciação da Lide da Seguradora nos Autos. Impossibilidade de deferimento. Apólice de seguro em nome de terceiro segurado, que não é parte no Processo. Inexistência de relação contratual específica entre o Réu denunciante causador do acidente e a Seguradora denunciada. Sentença de Primeiro Grau mantida. Ratificação da Decisão, nos termos do artigo 252, do Regimento Interno. RECURSO NÃO PROVIDO, mantida na totalidade a sentença de Primeiro Grau proferida, inclusive no tocante as verbas arbitradas e ônus inerentes à sucumbência.

Trata-se de Apelação interposta contra a r. sentença de fls. 228/238, aclarada às fls. 248/250, que nos Autos da Ação de Indenização por Danos Morais e Estéticos julgou Parcialmente Procedente o pedido inicial, condenando o Réu a pagar R\$60.000,00 (sessenta mil reais), a título de Danos Morais, sendo R\$30.000,00 (trinta mil reais) para cada Autor, valor a ser corrigido monetariamente a partir da data do acidente e acrescido de juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês a partir da data da citação. Sucumbente, o Réu foi condenado ainda ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor total da condenação, devidamente atualizado a época do pagamento.

Inconformado, recorre o Réu da Sentença de Primeiro Grau proferida (fls. 251/286) pleiteando, em suma, a total improcedência dos pedidos inicialmente formulados pelos Autores por entender não haver agido com culpa ou dolo no trágico acidente de trânsito acontecido. Subsidiariamente, pede seja acolhida



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

a Denúnciação à Lide da Seguradora nos Autos.

Recurso recebido no duplo efeito (fl. 289), apresentadas a seguir as respectivas contrarrazões (fls. 291/299 e 301/305) pelos Apelados e Seguradora denunciada a lide nos Autos.

É o breve Relatório.

“SÔNIA CONCEIÇÃO PIMENTEL DE BARROS E OUTRO”, ora Apelados, ajuizaram “Ação de Indenização por Danos Morais e Estéticos” em face de **“APARECIDO BAZZETTO STUANI”**, ora Apelante, visando receber indenização por Danos Morais e Estéticos decorrentes de acidente de trânsito.

Sustentam os Autores que, aos 16 de maio de 2009, por volta das 18 horas e 20 minutos, na Rodovia Assis Chateaubriand (SP 425), sentido Martinópolis-Presidente Prudente, na altura do quilômetro 539, o veículo que conduziam foi atingido por outro veículo desgovernado, que vinha no sentido contrário. Que o referido veículo desgovernado, antes de atingi-los, teria colidido com uma motocicleta que transitava na mesma direção, arrastando-a por vários metros.

O Réu, por sua vez, além de contestar os pedidos dos Autores, Denunciou à Lide a Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros.

Ao final, a Ação foi julgada Parcialmente Procedente, condenando o Réu a pagar R\$60.000,00 (sessenta mil reais), a título de Danos Morais, sendo R\$30.000,00 (trinta mil reais) para cada Autor, corrigidos monetariamente a partir da data do acidente e acrescidos de juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, não acolhida, porém, a pleiteada indenização por Danos Estéticos. Sucumbente, o Requerido foi condenado ainda ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor total da condenação. A Denúnciação à Lide, por seu turno, foi julgada Improcedente, com a consequente condenação do Réu nas verbas sucumbenciais, inclusive honorários advocatícios, estes fixados igualmente em 10% (dez por cento) do valor total da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

condenação.

Em que pese o entendimento contrário, o Recurso não merece provimento em quaisquer de seus termos, devendo a bem lançada Decisão de Primeiro Grau proferida ser confirmada na íntegra pelos acertados fundamentos de fato e de Direito que embasaram o final convencimento da Eminente Magistrada prolatora da Decisão.

Inicialmente, não há que se falar em cerceamento de defesa mediante o julgamento antecipado da controvérsia, cabendo esclarecer que, consoante o disposto expressamente no artigo 131 “caput” do Código de Processo Civil, é dado ao Magistrado a prerrogativa legal de apreciar e valorar livremente as provas, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos Autos, ainda que não alegados pelas partes, indicando na sentença os motivos que lhe formaram o convencimento.

Cabe ao Magistrado, de forma discricionária, ponderar os documentos acostados aos Autos, bem como os atos processuais realizados, com o intuito de analisar as provas produzidas e, utilizando-se de sua convicção íntima, determinar a elaboração de outras provas que entender necessárias para o esclarecimento da hipótese, indeferir aquelas que considerar protelatórias e inúteis ou, ainda, julgar a lide de forma antecipada.

Ora, no caso em exame os documentos inicialmente encartados ao Processo, boletim de ocorrência policial, laudo médico das vítimas feridas gravemente com a ocorrência do trágico evento, e ainda fotos ilustrativas de todas as partes envolvidas, inclusive aqueles que na oportunidade perderam a vida, vindo a óbito, por si só se mostram suficientes a elucidação da controvérsia, sendo pois totalmente dispensável e desnecessário, a produção de outras provas, havendo pois a Magistrada acertadamente dado adequada e justa solução ao conflito de interesses posto à sua final apreciação mediante o julgamento da Lide no estágio processual em que se encontrava.

Assim, feitas as considerações supra, passa-se ao exame do mérito propriamente dito do Recurso ora interposto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

O conjunto probatório figurante nos Autos aponta, de forma cristalina e incontestável, para a existência de conduta imprudente e imperita do Réu, motorista do veículo causador do trágico acidente.

Como bem observou a Eminentíssima Magistrada Sentenciante, o Laudo Pericial elaborado pela Superintendência da Polícia Técnico Científica do Instituto de Criminalística, constatou que o Réu deu causa ao acidente (colisões), pois não guardou distância de segurança da motocicleta que seguia à sua frente, o que resultou na colisão com a mesma e, em seguida, com o veículo dos Autores, o qual transitava no sentido contrário.

Com efeito, no mínimo, age com imprudência o condutor do automóvel que segue atrás ao não guardar distância mínima que permita a frenagem. Neste sentido, Jurisprudência recente desta Câmara;

*“Acidente de trânsito Ação de indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes - Demanda de piloto de bicicleta em face de motorista de veículo automotor - Sentença de parcial procedência - Parcial reforma - Necessidade - **Colisão traseira Suficiente prova quanto à culpabilidade do motorista requerido pelo evento danoso - Presunção de culpa daquele que provoca colisão traseira não elidida - Indenizações devidas, à exceção da relativa aos lucros cessantes - Ausência de demonstração - Insuficiência da prova testemunhal - Mera alegação no sentido de que tinham conhecimento de que o autor trabalhava na propriedade vizinha Indenização a tal título afastada. Apelo do réu parcialmente provido**” (Apelação Cível nº. 0003267-71.2010.8.26.0311, 30ª Câmara de Direito Privado, Des. Rel. Marcos Ramos, d.j. 03/04/2013) (grifos nossos).*

Além disto, diante dos gravíssimos danos de ordem patrimonial e moral ocasionados com o infortúnio, por certo como dito inicialmente o veículo conduzido pelo Apelante estava em velocidade totalmente incompatível para o local, o qual desgovernado inicialmente cuidou de colidir com a moto na qual duas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

pessoas perderam suas vidas, para então atingir de forma brutal e imprudente o veículo no qual estavam os Apelados, pessoas de idade e que foram gravemente feridas, por pouco também não perdendo suas vidas ante a fatídica colisão frontal acontecida!

Ademais, não apresentou o Réu versão verossímil acerca dos fatos, nem tampouco Laudo divergente ao Laudo Oficial figurante nos Autos, presumindo-se, assim, sua aquiescência tácita com o mesmo.

No tocante à verba pleiteada a título de Danos Morais, impõe-se a manutenção integral da r. decisão da MM. Juíza “a quo”, valores fixados de acordo com os critérios de bom senso e moderação que sempre devem nortear as decisões judiciais.

Ora, é bem verdade que o valor da Reparação do Dano Moral é questão controvertida, complexa e, pela sua própria essência, abstrata. Entretanto, também é certo que, considerando as idades avançadas das vítimas (76 e 73 anos, respectivamente), bem como as graves consequências do acidente, vale dizer, que quase matou os Autores, além da morte dos ocupantes da motocicleta envolvida no acidente, e a excelente condição sócio econômica do Réu, justifica-se a fixação dos valores tais como arbitrados pela Magistrada Sentenciante, dispensando inclusive maiores considerações que as já tecidas.

Assim, imperioso o dever do Réu em Indenizar os Autores pelos Danos Morais sofridos nas importâncias especificadas na respeitável Decisão de Primeiro Grau proferida, sendo tal medida de inteiro acerto e perfeita Justiça.

Quanto à Denúnciação da Lide ofertada para inclusão no polo passivo da Demanda da Seguradora informada, melhor sorte não assiste ao Réu, pois, ao que consta, não existe liame jurídico entre ele e a Seguradora Denunciada.

Com efeito, a Seguradora não poderia integrar o polo passivo da Ação, pois seu Contrato foi celebrado com o proprietário do carro e não com o Réu, ora Apelante. Sem o Contrato, não há dever da Seguradora de ressarcir os danos suportados pelo Réu em razão do acolhimento parcial das pretensões indenizatórias



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

inicialmente formuladas.

Neste sentido:

**“CONTRATO DE SEGURO DE VEÍCULO -
CONDENATÓRIA - Colisão - Acidente de veículo com morte -
Ação indenizatória anterior condenando os coautores
(proprietário e condutor do caminhão) - Responsabilidade
civil apurada - Apólice em nome de terceiro segurado -
Ilegitimidade “ad causam”, com relação ao condutor e
proprietário do caminhão, posto que não celebraram contrato
de seguro em questão - Contrato firmado para garantir
interesse de coautor não atingido pela condenação judicial -
Isenta de obrigação a Seguradora demandada de ressarcir
montante que não foi despendido pelo segurado - Sentença
mantida - Recurso desprovido”** (Ap. n.
0186463-66.2008.8.26.0100, rel. Des. Claudio Hamilton, j.
15.10.2013).

E outros fundamentos são dispensáveis já que quanto ao mais, ratifica-se a r. sentença exarada pela **MMª. JUÍZA “A QUO” - DRA. MARINA FREIRE**, e se faz nos termos do artigo 252 do Regimento interno deste Egrégio Tribunal de Justiça que estabelece: *“Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la”*.

O Colendo Superior Tribunal de Justiça tem prestigiado este entendimento quando predominantemente reconhece *“a viabilidade de o Órgão Julgador adotar ou ratificar o Juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-a no Acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação do “decisum”*. (REsp nº 662.272-RS – 2ª Turma – Rel. Min João Otavio de Noronha, j. 4.9.2007; REsp nº 641.963-ES, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. 21.11.2005; REsp nº 592.092-AL, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, j. 17.12.2004).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

De qualquer modo, para viabilizar eventual acesso às vias extraordinária e especial, considera-se prequestionada toda matéria infraconstitucional e constitucional, observando o pacífico entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida (EDROMS 18205 / SP, Ministro FELIX FISCHER, DJ 08.05.2006 p. 240).

Pelo exposto, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao Recurso interposto pelo Apelante, mantida na totalidade a r. sentença de Primeiro Grau como proferida, inclusive no tocante as verbas honorárias arbitradas e ônus inerentes à sucumbência

PENNA MACHADO
Relatora